

No. 36802

**Brazil
and
South Africa**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of South Africa on cooperation in the field of culture. Pretoria, 26 November 1996

Entry into force: *28 January 1997 by notification, in accordance with article 9*

Authentic texts: *English and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 19 July 2000*

**Brésil
et
Afrique du Sud**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République sud-africaine relatif à la coopération dans le domaine de la culture. Pretoria, 26 novembre 1996

Entrée en vigueur : *28 janvier 1997 par notification, conformément à l'article 9*

Textes authentiques : *anglais et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 19 juillet 2000*

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA ON COOPERATION IN THE FIELD OF CULTURE

PREAMBLE

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of South Africa (hereinafter jointly referred to as "the Parties" and in the singular as the "Party");

Desirous to consolidate and strengthen the friendly ties and reciprocal understanding between their peoples;

Conscious of the desirability of promoting to the greatest possible extent the mutual knowledge and understanding of their respective cultures and artistic achievements, as well as their history and way of life, by means of friendly cooperation between their respective countries; and

Desirous to uplift and enhance the quality of life of their peoples;

Have agreed as follows:

Article 1

For the purpose of broadening and strengthening the ties between their countries, the Parties shall encourage cooperation and the exchange of knowledge, experience and achievements in the field of culture.

Article 2

(1) The Parties shall, in accordance with the aims of this Agreement, encourage the establishment of contact and cooperation between interested institutions, organisations and persons in both countries in the fields covered by this Agreement.

(2) In the implementation of the provisions of this Agreement due regard shall be given to the autonomy of the relevant institutions and bodies. Their freedom to enter into and maintain mutual relations and agreements shall be recognised, subject to the domestic law and Constitution of the respective States.

Article 3

In order to strengthen cooperation in the field of culture, the Parties shall encourage:

(a) the exchange of study and lecture visits by specialists in the field of culture as well as the exchange of literature, publications and information;

(b) cooperation in various cultural fields of interest to both, including literature, exhibitions of art and artefacts, music, dance, drama, the exchange of books and other publica-

tions, cooperation between schools of art, associations of artists and writers, museums, libraries, archives and other cultural institutions, and the exchange of knowledge between conservation bodies relating to cultural heritage; and

(c) any other form of cooperation as may be agreed upon between the Parties or relevant autonomous institutions in both countries.

Article 4

(1) Subject to its domestic law and general policy, each Party shall welcome the establishment in its territory of cultural institutions or friendship associations, provided that prior consent shall be obtained before any institution is established under this Article.

(2) With due regard to the provisions of Article 2(2), the Parties shall encourage the conclusion of specific programmes of cooperation between the relevant cultural institutions and bodies.

Article 5

All activities carried out in terms of this Agreement shall be subject to the law operative in the respective countries.

Article 6

(1) For the purpose of implementation of this Agreement a Joint Brazil-South Africa Committee shall be established, which shall meet every two years or as otherwise agreed upon by the Parties.

(2) Meetings of the Committee shall be held alternately in the Federative Republic of Brazil and in the Republic of South Africa, in order to discuss programmes of cooperation.

(3) These programmes of cooperation, if approved by both Parties, shall be valid for specified periods and shall include concrete forms of cooperation, events and exchanges as well as the organisational and financial conditions for their implementation.

Article 7

Any dispute as to the interpretation and implementation of this Agreement shall be resolved through negotiations between the Parties.

Article 8

This Agreement may be amended by agreement through an Exchange of Notes between the Parties. Such an amendment shall enter into force on the date of the Reply Note, accepting the proposed amendment.

Article 9

(1) This Agreement shall enter into force when both Parties have notified each other in writing, through diplomatic channels, that their respective constitutional requirements for the entry into force of this Agreement have been complied with. The date of entry into force shall be the date of the last notification.

(2) This Agreement shall remain in force until terminated in terms of Article 10.

Article 10

Either Party may, by giving three months' written notice to the other Party, through diplomatic channels, terminate this Agreement at any time. Termination of this Agreement shall not affect any programmes undertaken prior to the termination of this Agreement, unless otherwise agreed to by the Parties.

DONE in Pretoria on 26 November 1996 in 2 (two) originals, in the Portuguese and English languages, both being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government of the Republic of South Africa:

ALFRED NZO

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE
COOPERAÇÃO NO CAMPO DA CULTURA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da África do Sul
(doravante denominados "Partes"),

Desejosos de consolidar e fortalecer os laços de amizade e recíproco entendimento entre seus povos;

Conscientes do desejo de promover, com a maior abrangência possível, o conhecimento mútuo e a compreensão de suas respectivas culturas e manifestações artísticas, assim como de suas histórias e modos de vida, por meio da cooperação amigável entre seus respectivos países, e

Desejosos de elevar e intensificar a qualidade de vida de seus povos;

Acordam o seguinte;

ARTIGO 1

Com o propósito de ampliar e fortalecer os vínculos entre seus países, as Partes deverão encorajar a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos, experiências e realizações no campo da Cultura.

ARTIGO 2

1. As Partes deverão, em conformidade com os objetivos do presente Acordo, encorajar o estabelecimento de contato e de cooperação entre instituições interessadas, organizações e pessoas em ambos os países, nas áreas cobertas pelo presente Acordo.

2. Na implementação das cláusulas do presente Acordo, deverá ser dada adequada consideração à autonomia dos órgãos e instituições competentes. A liberdade destes em estabelecer e manter mútuas relações e entendimentos deverá ser reconhecida, estando sujeita às leis internas e à Constituição dos respectivos Estados.

ARTIGO 3

Com vistas a fortalecer a cooperação no campo da cultura, as Partes deverão encorajar:

- a) o intercâmbio de especialistas no campo da Cultura, para visitas de estudo e para conferências, bem como o intercâmbio de livros, publicações e informações;
- b) a cooperação em diversos campos culturais de interesse de ambas as Partes, incluindo literatura, exposições de arte e artesanato, música, dança, teatro, intercâmbio de livros e outras publicações, cooperação entre escolas de artes, associações de artistas e escritores, museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições culturais e o intercâmbio de conhecimento entre órgãos de conservação relacionados ao patrimônio cultural; e
- c) qualquer outra forma de cooperação que possa ser acordada entre as Partes ou instituições competentes autônomas de ambos os países.

ARTIGO 4

1. Sujeita às suas leis internas e política em geral, cada Parte deverá acolher o estabelecimento, em seu território, de instituições culturais ou associações de amizade, assegurando que o consentimento prévio deverá ser obtido antes que qualquer instituição se estabeleça ao abrigo deste Artigo.

2. Considerando os dispositivos do Artigo 2, parágrafo 2, as Partes deverão encorajar a conclusão de programas específicos de cooperação entre as instituições e órgãos culturais competentes.

ARTIGO 5

Todas as atividades executadas nos termos do presente Acordo deverão estar sujeitas às leis vigentes nos respectivos países.

ARTIGO 6

1. Com o propósito de implementação do presente Acordo, será criada uma Comissão Mista Brasil-África do Sul, que se reunirá a cada 2 (dois) anos ou conforme acordado pelas Partes.
2. As reuniões da Comissão Mista deverão realizar-se, alternadamente, na República Federativa do Brasil e na República da África do Sul, com vistas a discutir programas de cooperação.
3. Estes programas de cooperação, se aprovados por ambas as Partes, deverão ser válidos por determinado período e deverão incluir formas concretas de cooperação, eventos e intercâmbios, assim como as condições organizacionais e financeiras para sua implementação.

ARTIGO 7

Qualquer divergência quanto à interpretação e à implementação do presente Acordo deverá ser resolvida por meio de negociações entre as Partes.

ARTIGO 8

O presente Acordo poderá ser emendado, por mútuo consentimento, através de troca de Notas entre as Partes. Tal emenda deverá entrar em vigor na data da Nota de resposta, que aceita a emenda proposta.

ARTIGO 9

- I. O presente Acordo deverá entrar em vigor quando ambas as Partes tiverem notificado uma à outra, por escrito, por via diplomática, que suas respectivas exigências constitucionais para a entrada em vigor deste Acordo foram cumpridas. A data de entrada em vigor deverá ser a data da última notificação.
2. O presente Acordo permanecerá em vigor até a sua denúncia nos termos do Artigo 10.

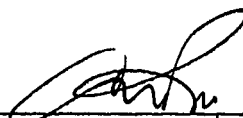
ARTIGO 10

Qualquer uma das Partes poderá, mediante comunicação, por escrito, com a antecedência de 3 (três) meses, por via diplomática, denunciar o presente Acordo, a qualquer momento. A denúncia deste Acordo não deverá afetar nenhum dos programas implementados anteriormente à sua denúncia, a menos que as Partes decidam de outra forma.

Feito em Pretória, em 26 de novembro de 1996, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA ÁFRICA DO SUL
Alfred Nzo

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE SUD-AFRICAINE RELATIF À LA COOPÉRATION DANS LE DOMAINE DE LA CULTURE

PRÉAMBULE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République sud-africaine (ci-après dénommés "les Parties" ou "la Partie", selon le cas);

Désireux de consolider et renforcer les liens d'amitié qui unissent leurs deux peuples et la compréhension mutuelle entre ceux-ci;

Jugeant souhaitable de promouvoir le plus largement possible la connaissance et la compréhension mutuelles de leurs cultures et de leurs patrimoines artistiques respectifs, ainsi que de leur histoire et de leur mode de vie, par le biais de la coopération culturelle entre les deux pays; et

Désireux d'élever et d'améliorer la qualité de vie de leurs deux peuples;

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Afin de dynamiser et de renforcer les liens qui unissent les deux pays, les Parties encouragent la coopération et l'échange de connaissances, de données d'expérience et de réalisations dans le domaine de la culture.

Article 2

1. Dans la ligne des objectifs du présent Accord, les Parties encouragent l'établissement de contacts et de liens de coopération entre institutions, organismes et personnes pertinentes des deux pays dans les domaines dont traite le présent Accord.

2. Lors de l'application du présent Accord, il est tenu dûment compte de l'autonomie des institutions et organismes concernés. Il est reconnu à ces institutions et organismes la liberté d'établir et d'entretenir des relations mutuelles et de conclure et d'appliquer des accords réciproques, sous réserve de la législation et des dispositions constitutionnelles respectives des deux États.

Article 3

Afin de renforcer la coopération culturelle, les Parties encouragent :

a) L'organisation réciproque de voyages d'études et de conférences dans le domaine de la culture ainsi que l'échange d'ouvrages littéraires, de publications et de matériel d'information;

b) La coopération dans divers domaines culturels présentant un intérêt pour les deux pays, notamment la littérature, l'exposition d'oeuvres artistiques et artisanales, la musique, la danse, le théâtre, l'échange de publications et d'ouvrages divers, la coopération entre les établissements d'enseignement des beaux-arts, les associations d'artistes et d'écrivains, les musées, bibliothèques, archives et autres établissements culturels, ainsi que l'échange de savoir entre organismes chargés de la conservation du patrimoine culturel; et

c) Toute autre forme de coopération dont pourraient convenir les Parties ou les établissements autonomes concernés des deux pays.

Article 4

1. Sous réserve de sa législation interne et de sa politique générale, chaque Partie accueille favorablement l'établissement sur son territoire d'organismes culturels et d'amicales culturelles, étant entendu que l'établissement de toute institution conformément au présent article devra avoir fait l'objet d'une autorisation préalable.

2. Sous réserve des dispositions du paragraphe 2 de l'article 2, les Parties encouragent la mise en place de programmes de coopération spécifiques entre établissements et organismes culturels intéressés.

Article 5

Toutes les activités entreprises au titre du présent Accord sont soumises aux dispositions législatives en vigueur dans les deux pays, respectivement.

Article 6

1. Aux fins de la mise en oeuvre du présent Accord, il sera créé une commission mixte Brésil-Afrique du Sud. La Commission se réunira tous les deux ans à moins que les Parties n'en conviennent autrement.

2. Les réunions de la Commission, au cours desquelles seront examinés les programmes de coopération, se tiendront à tour de rôle en République fédérale du Brésil et en République sud-africaine.

3. Les programmes de coopération approuvés par les deux Parties auront la durée qui leur aura été impartie. Ils porteront sur des formes concrètes de coopération, y compris des manifestations et des échanges, et prévoiront les modalités organisationnelles et financières de la mise en oeuvre des dispositions adoptées.

Article 7

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord sera résolu par voie de négociation entre les Parties.

Article 8

Le présent Accord pourra être modifié. Toute modification fera l'objet d'un échange de notes entre les Parties. Ledit échange de notes entrera en vigueur à la date de réception de la note en réponse notifiant l'acceptation de la modification.

Article 9

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle les deux Parties se seront notifié mutuellement, par écrit, par la voie diplomatique, l'accomplissement de leurs formalités constitutionnelles respectives. La date d'entrée en vigueur sera celle de la dernière notification.

2. L'Accord demeurera en vigueur jusqu'à ce qu'il soit dénoncé, conformément à l'article 10.

Article 10

Chaque Partie pourra à tout moment, moyennant un préavis écrit de trois mois, transmis par la voie diplomatique, dénoncer le présent Accord. La dénonciation n'affectera pas les programmes entrepris avant la dénonciation, à moins que les Parties n'en conviennent autrement.

Fait à Pretoria, le 26 novembre 1996 en deux (2) exemplaires, en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République sud-africaine :

ALFRED NZO

